

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM CAMPINAS/SP (1993-996): O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elaine Regina Cassan – SME Campinas / GPPE-FE-UNICAMP

Palavras-chave: Educação; Infância; Política de Formação

Este trabalho, é parte integrante da pesquisa de Doutorado defendida em 2013, tem por objetivo conhecer as mudanças introduzidas na estrutura e no funcionamento da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas/SP, no período de 1993 a 1996, momento no qual a SME buscou definir uma Política de Educação Infantil, estabelecendo diretrizes importantes para o atendimento às crianças pequenas no Município. Objetiva apontar como a SME implementou a política de educação infantil no município, frente às mudanças sociais, políticas e econômicas dos anos de 1990, que foram traduzidas por um deslocamento conceitual e político do estatuto social da criança, da função social atribuída à instituição de educação infantil, e do foco das políticas educativas para a infância.

A pesquisa se insere numa perspectiva crítica e interdisciplinar e está ancorada no paradigma de investigação qualitativa. Os procedimentos para coleta de dados estão assentados nos referenciais de March Bloch (2001) e Le Goff (2003), especialmente no que subsidiam a construção do conceito de documento e monumento, processos de seleção, organização, crítica e análise documental. No escopo da pesquisa, o campo empírico é composto por um conjunto de documentos da SME de Campinas/SP-Brasil, do período de 1993-2008, no entanto, nos limites deste pôster, serão enfocados, os de 1993-1996.

As análises indicaram que no âmbito da transição da política educativa para a infância, no início dos anos de 1990, o município de Campinas desenvolveu ações voltadas para o atendimento da criança e da infância, principalmente, quando a SME expande sua rede física, amplia a cobertura e o acesso e promove a formação continuada em serviço dos profissionais da educação infantil.

No entanto, as fontes indicaram que as condições para que as mudanças na política de atendimento à criança pequena e na formação de professores da educação infantil se consolidassem, foram disparadas na confluência com as propostas da administração anterior (1989-1992), que buscou reordenar concepções, práticas e normas com vistas à educação pública de qualidade, democrática e universal. Foram elas: a mudança de orientação na política de atendimento à criança de 0 a 3 anos, que a deslocou da Secretaria da Promoção Social para a SME em 1989; o estabelecimento de diretrizes para a elaboração do Projeto Pedagógico, em 1990; a institucionalização do Estatuto do Magistério, em 1991.

No período analisado, 1993-1996, a SME realizou um processo de implementação da Política de Educação Infantil, por três vias: definição das diretrizes pedagógicas e do currículo da educação infantil; criação de uma Coordenadoria de Educação Infantil (CEDI); e potencialização da formação continuada em serviço de seus profissionais. O deslocamento na estrutura da SME, não só representou uma mudança administrativa, mas a definição de um lugar para a Educação Infantil; a visibilidade dos sujeitos e do próprio trabalho; a autonomia político-administrativa de uma Coordenadoria para delegar atribuições, funções e poder, bem como habilitar a SME a receber os recursos financeiros previstos constitucionalmente. Ter uma Coordenadoria de Educação Infantil representou também a possibilidade de construir um olhar mais apurado e detalhado sobre a criança, a infância, a educação e o cuidado, bem como conduzir os processos formativos, que a SME passou a ter como diretriz.

Desta forma pretendeu-se evidenciar neste trabalho que a Política de Formação no período de 1993-1996, aconteceu na intersecção com a implementação da Política Municipal de

Educação Infantil de Campinas/SP, disparada pela Política Nacional de Educação Infantil do MEC. A formação continuada em serviço foi um viés fundamental na efetivação das mudanças pretendidas, realizadas em diferentes níveis e em torno da discussão das Diretrizes Pedagógicas e do Currículo. Pode-se dizer que a política de formação foi estruturada para conceber e instaurar o movimento de reorientação de concepções, práticas e consequentemente, identidades profissionais, e com vistas a implementar o currículo de educação infantil na Rede de Ensino. Pode-se afirmar que a Política de Educação e Formação de Educação Infantil guarda aproximações com o movimento das políticas internacionais dos anos de 1990, fato que coaduna com atenção destinada à educação infantil que não foi um movimento isolado especialmente quando aos professores foi atribuído papel fundamental nestas mudanças.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. O Significado da Infância. In: Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, pp.88-92, 1994.

BARDIN, Laurence. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. **Análise de Conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Editora 70, 2004, 223p.

BAUER, Martin W; GASKEL, George. (orgs.) tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som – um manual prático**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 516p.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMPOS, Rosânia. **Educação Infantil e Organismos Internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2008.

CASSAN, Elaine Regina. **A Política de Educação Infantil no Município de Campinas/SP: um diálogo com as fontes documentais**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas/SP, 2013.

CORBUCCI, Paulo Roberto; BARRETO, Ângela; CASTRO, Jorge Abrahão de; CHAVES, José Valente; CODES, Ana Luíza. Vinte Anos da Constituição federal de 1988: avanços e desafios na Educação Brasileira. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, DF, IPEA, n 17 vol. 2, 2009.

FARIA, Ana L. G. de. Políticas de regulação, pesquisa e Pedagogia na educação infantil, primeira Etapa da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1013-1038, Especial - out. 2005.

LENOIR, R. O Objeto sociológico e o problema social In: CHAMPAGNE, L.; LENOIR, R.; MERLIÉ, D. e PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1996.

ROCHA, Eloisa A.C.. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas/SP, 1998.